No sector do Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias, a principal intervenção da FENPROF tem-se centrado na negociação colectiva das respectivas convenções.

No que respeita à negociação entre a FENPROF e a AEEP do Contrato Colectivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo, importa salientar o que se conseguiu nestes últimos três anos:

- Uma carreira docente sem quotas, em que todos os docentes podem progredir até ao último escalão;
- A transição de uma carreira de 26 anos para uma nova carreira de 31 anos, faseada em 3 anos e salvaguardando as expectativas dos docentes integrados nos dois últimos níveis da carreira que chegaram ao topo sem qualquer penalização;
- Um sistema de avaliação de desempenho dos docentes, essencialmente de carácter pedagógico, integrando a FENPROF uma Comissão de Acompanhamento;
- Regulamentação da componente não lectiva dos docentes de modo a que no mínimo 50% da mesma seja da inteira responsabilidade individual de cada docente;
- Revalorização salarial dos níveis iniciais obtendo-se assim uma pequena redução do leque salarial;
- Aumentos salariais iguais ou superiores aos que tiveram lugar na administração pública, conseqüentemente, aos que se aplicaram aos docentes do ensino público.

Quanto à negociação do CCT para as IPSSS, entre a FENPROF e a CNIS, conseguimos no ano de 2007, que pela primeira vez fosse assumido pela CNIS, em sede de negociação colectiva, a carreira dos educadores e professores do 1º ciclo do ensino básico com licenciatura, apesar de ainda não se ter alcançado o nosso objectivo principal, a equiparação ao Ensino Particular e Cooperativo, conforme decorre do estabelecido no nº 2 do artº 18º da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, apesar destas Instituições estarem a ser subsidiadas pelo Governo para esse efeito através de um Protocolo de Cooperação.

Em relação ao processo negocial com a União das Misericórdias Portuguesas, depois de um impasse negocial que durou cerca de dois anos, a FENPROF está neste momento, em sede de conciliação no Ministério do Trabalho, integrando uma nova Comissão Negociadora Sindical em conjunto com o Sindicato dos Enfermeiros, estando a ultimar um novo Acordo de Empresa com a U.M.P. e posteriormente a publicação de uma Acordo Colectivo de Trabalho subscrito por um grupo significativo de Misericórdias.

Foi ainda conseguido, através de um Protocolo com a Universidade Aberta, o acesso à profissionalização de todos os docentes que completassem 6 anos de

serviço até Agosto de 2009 e mais recentemente estendida aos que completem 6 anos de serviço até Agosto de 2010, incluindo os do ensino especializado da música.

Ainda nesta área, a FENPROF tem acompanhado os docentes dispensados da profissionalização, de acordo com os Despachos nº 14940/2008, de 2009 (docentes com diploma de Ensino Primário Particular) nº 18040/2008, de 4 de Julho (docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, com habilitação própria que exercem funções em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e escolas profissionais privadas). Para o acesso destes docentes aos efeitos dos referidos despachos produzimos e disponibilizámos minutas de requerimento próprias.

É de realçar também a acção da FENPROF neste sector de ensino, na denúncia e combate ao fim do trabalho a "recibos verdes" que proliferam nestes estabelecimentos de ensino e que são manifestamente ilegais.

A FENPROF continuará a intervir no sentido de defender os direitos dos docentes que exercem funções no ensino privado, sempre com o objectivo de garantir melhores condições de trabalho bem como a dignificação da função docente neste sector de ensino.

Graça Sousa

Intervenção no X Congresso da FENPROF